

Programas de transferência de renda como mecanismo de redução da pobreza: uma análise empírica

Marco Antônio Araújo Longuinhos*

Josias Alves**

Rondinaldo Silva das Almas***

* Doutorando em Planejamento Territorial e Gestão Ambiental pela Universidade de Barcelona. Professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). mlonguinhos@gmail.com

** Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Salvador (Unifacs); especialista em Gestão Empresarial e graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). josiasuefs@hotmail.com

***Doutorando em Geografia, Planificação Territorial e Gestão Ambiental pela Universidade de Barcelona; mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); graduado em Ciências Econômicas pela UFBA. Professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). rondinaldoalmas@gmail.com

Resumo

Este estudo se volta a analisar as consequências do Programa Bolsa Família na vida da população pobre e miserável no município de Vitória da Conquista, estado da Bahia, situado na região sudoeste do estado (semiárida). A pesquisa foi construída a partir de amplo estudo bibliográfico sobre o tema e entrevista com os atores beneficiados pelo programa, verificando a percepção destes sobre o benefício auferido, sua condição de pessoa empobrecida na sociedade local e a dinâmica de reprodução da pobreza local. A pesquisa demonstrou que a pobreza na região é de grande complexidade e se assenta na elevada concentração de renda, na fragilidade do mercado de trabalho formal, na reduzida educação formal dos seus atores e nas formas diferenciadas com que são tratadas estas pessoas pelo Estado. Observou que parte ampla dos beneficiários indica que as ações do programa vêm contribuindo para melhorar as condições de alimentação, saúde e educação nos respectivos grupos familiares. Também demonstrou que a maioria da população pobre e miserável pesquisada reside nos bairros periféricos da cidade, geralmente possuidores de limitada infraestrutura pública, mas concentradores de grande população. Analisou o recente crescimento demográfico havido na cidade, com maior ênfase na última década, e seus impactos na pobreza local.

Palavras-chave: Pobreza. Bolsa Família. Cidade. Políticas públicas. Desigualdade.

Abstract

This study turns to examine the consequences of the family allowance Program in the life of the poor and miserable population of the city of Vitoria da Conquista, State of Bahia, located in the southwestern state (semi-arid). The survey was constructed from large bibliographical study on the subject and interviews with the actors benefited from the program by checking out their perceptions of the benefit received, their condition of impoverished people in local society and the dynamics of reproduction of poverty. The research showed that poverty in the region is very complex, and sits in the high income concentration, the fragility of the formal labor market, the low formal education of its actors and the different ways in which these people are treated by the state. It was noted that large part of beneficiaries indicate that the activities of the Program has contributed to improving the nutrition, health and education in their family groups. It also showed that the majority of the poor and miserable surveyed lives in the suburbs of the city, which usually possess limited public infrastructure, but large population hubs. Examined the recent population growth occurred in the city, with greater emphasis in the last decade and their impacts on local poverty.

Keywords: Poverty. Family allowance. City. Public policy. Inequality.

INTRODUÇÃO

O Brasil não é um país pobre, mas sim de imensa desigualdade de renda e oportunidades. Barros, Henrique e Mendonça (2000) afirma que a injustiça social é ampla na sociedade brasileira, excluindo sua população das condições mínimas de dignidade e cidadania. Ainda, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2009), mesmo diante de alguns importantes avanços na redução do número de pessoas em condição de miséria no país, a Região Nordeste é a que se apresenta com o maior número de pessoas miseráveis em sua população.

Pochman (2004) indica que políticas de proteção social no país começaram a ser construídas a partir da década de 30, no século XX, mas com forte tendência conservadora, limitando, assim, maiores avanços da ação pública. Sustenta também que somente a partir da Constituição Federal de 1988 é que o país passou a erigir importante base institucional favorável à construção de uma política ampla e integrada de proteção social. O Programa Bolsa Família é parte da política de proteção social vigente no país, sendo aquele, dentre outros, que alcança maior atenção da sociedade, principalmente por sua ação de transferência direta da renda.

O programa é considerado um dos maiores do mundo no número de famílias atendidas. A Região Nordeste do país é aquela que recebe o maior contingente de repasses, e, nesta, o estado da Bahia é aquele que mais transferências de renda recebe (BRASIL, 2010a). O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome afirma que o Programa Bolsa Família é moldado para atender pessoas e famílias em estado de extrema pobreza ou miséria, atenuando de imediato os efeitos negativos da ausência de renda a estas pessoas, mas condicionando ações nas áreas de saúde, educação e empregabilidade para o recebimento das transferências.

A região semiárida, situada no bioma caatinga, historicamente, no estado da Bahia, é aquela que apresenta o maior número de municípios e população empobrecidos. Vitória da Conquista, situada na

A região semiárida, situada no bioma caatinga, historicamente, no estado da Bahia, é aquela que apresenta o maior número de municípios e população empobrecidos

região sudoeste do estado, mas integrante do semiárido, é uma cidade que apresentou, na última década, intenso crescimento demográfico, mas que se mantém ainda discreta na composição da sua riqueza, participando somente com 3% do Produto Interno Bruto estadual (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2010).

Esta é uma condição que, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2010b), limita o mercado de trabalho local, fortemente concentrado no setor de serviços (82%). A estrutura municipal da composição do Produto Interno Bruto apresenta evidente deformidade com a concentração indicada e a fragilidade dos demais setores (primário e secundário). A limitação existente no mercado local de trabalho impulsiona o elevado desemprego na economia local, sendo esta grande dependente das transferências do Programa Bolsa Família.

A pesquisa se desenvolveu visando melhor compreender a efetividade do Programa Bolsa Família em reduzir de forma consistente a pobreza local. Buscando responder a esta questão, foi adotado como objetivo geral a análise sob o viés econômico, social e geográfico dos impactos do programa na vida das famílias beneficiárias. Neste sentido, foram também fixados vários objetivos específicos. São apresentados neste artigo os resultados de tais objetivos sobre perfil das famílias, insegurança alimentar, cumprimento da condicionalidade educação e avaliação das famílias quanto ao programa.

A pesquisa se mostra importante na vida acadêmica e social, pela existência de limitados estudos com este fim para o município de Vitória da Conquista. Além da seção introdutória, o trabalho se apresenta em mais quatro seções. A segunda de-

monstra os vários conceitos da pobreza, a terceira seção aborda o Programa Bolsa Família, a quarta, o Programa no município de Vitória da Conquista, e a quinta, as conclusões a que os autores chegaram.

POBREZA: ALGUMAS DEFINIÇÕES

A pobreza é um fenômeno de grande complexidade. Rocha (2003) admite conceitualmente que ser pobre é não possuir meios adequados de operação no grupo social a que pertence. A genérica e inadequada aceitação de que a pobreza é expressa mais amplamente pela incapacidade de renda dos atores se mostra limitada diante da complexidade emergida no tema.

Com efeito, amplas variações são entabuladas quando se consideram quais necessidades básicas são as mais adequadas ao atendimento da pessoa ou grupo familiar e qual nível de satisfação é desejado, pois também o conjunto das necessidades humanas é alterado a cada momento histórico e diante das especificidades de cada sociedade.

Corroborando, Barros (2000) compreende ser a pobreza uma situação de carência, na qual o indivíduo não consegue manter um padrão de vida adequado às referências sociais, definidas a cada contexto histórico. Rocha (apud CODES, 2010, p. 15) estabelece que ser pobre é não possuir meios necessários para agir de modo satisfatório na sociedade em que se vive.

Conforme Hargenaars (apud DINIZ, 2009), é correta a aceitação de três grupos de definições para estabelecer o conceito de pobreza. A pobreza é ter menos do que efetivamente é definido como mínimo absoluto. A pobreza é ter menos que os outros em sociedade. Por fim, a pobreza é não possuir o bastante para sobreviver. Diniz observa que, na primeira situação, a pobreza assume uma forma absoluta, na segunda, um caráter relativo e na terceira afirmação, assume as duas anteriores.

Sen (2000) compreende ser a pobreza na atualidade melhor compreendida pela ausência das

liberdades instrumentais (liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora) que influenciam na forma de vida das pessoas. Aceita que a pobreza limita a melhoria das condições de vida dos pobres, principalmente por eles possuírem limitadas capacidades instrumentais.

Codes (2010) observa ser a pobreza um fenômeno relativo, pois é mutável a cada sociedade. Indica que ser pobre é não possuir recursos necessários à condição de vida do agente, que lhe permitam desempenhar papéis, participar de relacionamentos e ter o comportamento desejado conquanto membro de uma sociedade.

Forte (2006), corroborando a abordagem das capacitações desenvolvida pioneiramente por Sen, estabeleceu o conceito de pobreza como não sendo apenas a limitação da renda, mas sim como a carência de recursos que impede as pessoas de cumprir algumas atividades básicas. Considera como exemplos a esta conceituação permanecer vivo e gozar de uma vida saudável, integrar-se socialmente e possuir liberdade de expressão.

Enfatiza que, através deste enfoque, a luta pela pobreza se vincula principalmente a identificar e ampliar as condições necessárias a um melhor padrão de vida das pessoas.

Santos (2008) avalia que o estado de pobreza que afeta indivíduos e grupos sociais nos países capitalistas passou por importantes transformações nos últimos 50 anos, fundamentadas principalmente nas mudanças da ordem econômica. Para o autor, a primeira destas fases possui estreito vínculo com o capitalismo industrial em sua forma mais avançada de transição, quando os pobres são considerados como consequência da não adaptação destes aos processos mais gerais de mudanças. A pobreza então se constituía de acidente no desequilíbrio entre condições naturais, econômicas e sociais vigentes em cada sociedade.

A segunda fase se situa em época mais avançada do capitalismo industrial, quando o consumo é levado a possuir status material e psicológico dis-

tinto de outros momentos da vida em sociedade. Novas orquestrações tecnológicas são concebidas, levando a novas possibilidades de produção e consumo. O autor ainda comenta que, nesta fase, os países subdesenvolvidos começam a construir políticas públicas voltadas à redução da pobreza em suas sociedades. Mas isso ocorre como ação simbólica em resposta aos resultados alcançados nos países ricos com a estruturação do estado de bem-estar social, no qual os pobres, principalmente nestes países, são considerados incluídos, portanto, objeto evidente da ação pública.

A pobreza constitui, portanto, um fenômeno complexo, decorrente de variados fatores que influenciam a sua constituição e desenvolvimento em sociedade. Abarca em maior ou menor alcance indivíduos tanto localizados nos países ricos quanto residentes em países pobres, mas de modo mais amplo nestes últimos, não sendo um fenômeno contemporâneo, mas vinculado à própria história humana. A cada momento histórico divergiu em sua intensidade e perfil, mas foi no século XX que o tema assumiu maior interesse científico, ampliado após a segunda metade do século devido ao estudo do desenvolvimento econômico, passando então a se constituir como objetivo de política pública em vários países e vinculado à política de desenvolvimento econômico.

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Soares (2009) analisa que, embora o Programa Bolsa Família tenha sido oficialmente criado no ano de 2003, é consequência das políticas de proteção social implantadas no Brasil nas últimas três décadas, mas com maiores avanços especialmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Aponta o autor que esta trajetória possui algumas semelhanças com a dos demais países da

América Latina, mas também se particulariza com aspectos próprios ao Brasil.

A este ponto corrobora Campos (2008) quando afirma que, a partir da CF 1988, assiste-se no país à ampliação dos programas de garantia e renda, incluindo os benefícios monetários de natureza não contributiva operados através do governo federal, sendo atualmente considerados como parte importante do sistema de proteção social e da seguridade social brasileira.

Soares (2009) aponta que a CF 1988 implantou importante relação para a melhor articulação das políticas de proteção social, equiparando o status da assistência social ao de outras políticas sociais importantes (saúde, educação e previdência). Desta forma, possibilitou a criação de políticas sociais não contributivas e com forte possibilidade inclusiva aos mais pobres. Através da CF, pondera o autor, foi estabelecida a aceitação oficial da existência da pobreza no Brasil. Importante fato foi a criação do Benefício da Prestação Continuada, que se constitui no direito a uma renda contínua a idosos e portadores de deficiências em situação de extrema pobreza.

Weissheimer (2006) avalia como importante na atual estrutura dos programas de transferência de renda vigentes no país a participação do senador Eduardo Matarazzo Suplicy, que, em 1991, estabeleceu um projeto de lei no Congresso Nacional, aprovado no mesmo ano, visando ao estabelecimento de um programa de renda mínima. Na avaliação do autor, é exatamente a partir dos estudos de Suplicy que os programas de transferência de renda no Brasil começam a acontecer.

Suplicy (2010) defende a criação de um sistema de transferência de renda que possa atender a todas as pessoas em sociedade, independentemente de raça, sexo, idade, condição civil ou mesmo socioeconômica. Defende que todo indivíduo possui o direito a receber um benefício como forma de parti-

cipar da riqueza produzida na comunidade da qual participa. É uma proposta de amplo alcance social. Associa a condição de existência de direitos morais e econômicos à repartição de parte da riqueza produzida.

Observa ainda Suplicy as experiências pioneiras e de grande importância ao país, acontecidas nos municípios de Campinas (São Paulo) e Brasília (Distrito Federal),

que, em 1995, estabeleceram seus programas de renda mínima associados à educação e ao Bolsa Escola. A partir destas experiências e seus exitosos resultados no combate à pobreza extrema e na melhoria da frequência escolar por parte das crianças inclusas nos programas, novas ações aconteceram em vários municípios, como Ribeirão Preto (São Paulo), Belo Horizonte (Minas Gerais) e Belém (Pará).

Avalia o autor que, diante do crescente número de municípios que começaram a estabelecer programas municipais próprios de transferência de renda, no Congresso Nacional surgiram projetos de lei orientando maior participação da União, por meio do governo federal, no apoio orçamentário aos projetos e aos municípios. Isso aconteceu por meio da Lei Federal de número 9.533/1997, que estabelece o apoio financeiro a municípios que instituírem programas de renda mínima associados a ações socioeducativas nas famílias beneficiárias. Nesta legislação, o governo federal concede aporte de 50% ao custeio total dos programas municipais de transferência de renda.

Observa ainda que, em 2001, o governo federal sancionou a Lei 10.219, que autoriza a realização de convênios com os municípios que adotarem programas de renda mínima, associados à educação ou ao Bolsa Escola. Posteriormente a esta lei, o governo federal estabeleceu o Programa Bolsa Alimentação e o Auxílio Gás. Em 2003, o governo estabeleceu o programa Vale Alimentação e realizou a unificação e racionalização dos diversos progra-

mas sociais vigentes (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás) no Programa Bolsa Família. O Bolsa Família iniciou-se no ano de 2003, atendendo a 3,5 milhões de famílias e, ao final de 2009, atendia a 12,5 milhões de pessoas (SUPLICY, 2010).

Jaccound (2009) destaca que o Programa Bolsa Família (PBF) é, de fato, herdeiro dos programas de transferência de renda acontecidos no país durante a década de 90. Esse programas possibilitaram ao governo federal avaliar experiências acontecidas nos estados e municípios, seus resultados alcançados, para estabelecer os programas federais de transferência de renda e posteriormente o PBF. Mesmo tendo assimilado operativamente vasto leque de experiências acontecidas no país, o PBF desenvolveu uma importante inovação: possibilitar o recebimento de renda a pessoas que não possuem filhos, mas percebem mensalmente uma renda inferior a R\$ 60,00, ampliando a cobertura para pessoas pobres e miseráveis na sociedade.

Ao construir uma linha histórica dos estudos produzidos no Brasil voltados à redução da desigualdade e à possibilidade de construção de políticas de transferência de renda, Suplicy (apud WESHEIMER, 2006, p. 34) acentua a importante contribuição ao tema de Celso Furtado, com a publicação do livro *Um Projeto para o Brasil*, em 1968. A esta época, indica Furtado, o Brasil possuía 90 milhões de habitantes e uma renda per capita de apenas US\$ 350. Apenas 1% da população possuía renda mais alta, e 50% tinham participação mais reduzida na renda, demonstrando o grave problema da concentração de renda e oportunidades no país.

Outra importante contribuição à ação direta de transferência de renda aconteceu por intermédio de Antônio Maria da Silveira, que, em 1977, estabeleceu a primeira proposta de garantia de renda mínima para o Brasil, através do livro intitulado *Moeda e Distribuição de Renda*. Nesta publicação, critica os

poucos avanços acontecidos no país na redução da pobreza, pautados pelas políticas públicas.

Em 1978, destaca a participação de Edmar Lisboa Bacha e Roberto Mangabeira Unger, quando propõem, em *Participação, Salário e Voto*, a adoção de uma reforma agrária e a constituição de um programa de transferência de renda, por meio da adoção do imposto de renda negativo. Para eles, a existência de um regime democrático eficiente no Brasil somente poderia ser alcançada com a redução da desigualdade e a erradicação da miséria.

Soares (2010) observa que, apesar de todo o arcabouço teórico desenvolvido no Brasil durante a década de 90 sobre programas de garantia de renda mínima, desde as primeiras experiências até o PBF o que se estabeleceu foram programas de transferência de renda condicionada com exigências a seus beneficiários, geralmente associadas à educação e posteriormente levadas também à saúde.

Para o autor, esta diferenciação se mostrou de grande importância ao contexto da pobreza brasileira, pois influenciou no acesso e manutenção das crianças na escola, na redução decisiva do trabalho infantil, na ampliação da cobertura vacinal e na frequência a consultas médicas.

Destaca também que os programas originalmente estabelecidos em Campinas, Brasília e Ribeirão Preto, em 1995, cotejavam o atendimento a famílias com filhos até 14 anos e adotavam valores diferenciados aos benefícios, conforme segue:

Em Brasília, a linha de elegibilidade era R\$ 60,00 (R\$ 160,19 a preços de janeiro de 2007) e o benefício era de um salário mínimo por família. Em Campinas, a linha era de R\$ 35,00 (R\$ 93,44 a preços de janeiro de 2007) e o benefício médio era R\$ 117,00 (R\$ 312,36 a preços de janeiro de 2007). Os três exigiam das famílias contrapartidas educacionais (SOARES, 2009, p. 11).

Avalia ainda o autor como importante para a história das políticas de transferência de renda no Brasil a criação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), em 1996, focalizado nas crianças

entre 7 e 14 anos, nas regiões geográficas mais pobres, vulneráveis e em risco de ingresso precoce na força de trabalho. Este programa teve ampla participação na vida das famílias pobres da Região Nordeste do país, principalmente em áreas onde o trabalho infantil tinha forte presença como complemento à renda familiar. As contrapartidas presentes no PETI exigiam o não ingresso no mundo do trabalho por parte das crianças e frequência escolar mínima de 75% na rede de educação pública.

Weissheimer indica que, no final dos anos 90, foram estabelecidas no país algumas ações governamentais para a melhoria das condições de vida das pessoas pobres. Além do PETI, surgiram os programas Agente Jovem, Sentinela, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás. Avalia como importantes a melhor operacionalização dos programas de transferência de renda e a criação, no início do governo Lula, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Esse órgão aglutinou sob suas funções os projetos sociais em curso e realizou a unificação destes em apenas um programa, o Bolsa Família, que proporcionou a unificação governamental de todos os projetos de transferência de renda desenvolvidos ao longo da década de 1990.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2010a) compreende ser o Programa Bolsa Família uma ação de transferência direta de recursos financeiros a pessoas pobres e em extrema pobreza no Brasil. O programa foi estabelecido a partir de experiências de municípios, estados e governo federal na promoção de renda a pessoas pobres, vinculada ao atendimento de algumas condições, geralmente de impactos sociais, como saúde e educação.

Destaca que o programa se baseia na articulação de três dimensões para a superação da fome e da pobreza: ampliação da renda pessoal e familiar de pessoas pobres e extremamente pobres; existência de condicionalidades vinculadas aos direitos sociais básicos nas áreas de saúde e educação, o que amplia possibilidades aos beneficiários de rom-

per o ciclo da pobreza entre gerações; e a coordenação de programas complementares ao desenvolvimento social dos beneficiários, como programas voltados à geração de trabalho e renda, alfabetização de adultos, fornecimento de documentos pessoais e outros importantes para a cidadania.

Campos (2008) indica que a situação dos programas de transferência de renda anteriores ao PBF era de pouca eficiência operacional, classificando mesmo como situação comum problemas na gestão. Explica, assim, que cada programa federal possuía sua agência executora, e a coordenação entre estas, para uma ação conjunta, era limitada. Os sistemas de informação, também separados, promoviam a possibilidade de ações ineficientes. Famílias em condições semelhantes de pobreza poderiam receber todos os benefícios, e algumas outras, absolutamente nenhum. Os valores dos benefícios e critérios de inclusão também variavam enormemente entre as agências. Os programas não cobriam todo o território nacional, que se assemelha a um continente, legitimando a permanência dos programas municipais e estaduais, que também não se comunicavam eficientemente entre si e com os programas geridos pelo governo federal.

Adverte Campos que esta situação levava o sistema de proteção social a operar de forma desfavorável na redução da pobreza, não se constituindo operativamente como um sistema. Sentencia que os programas possuíam objetivos diversos, alguns conflitantes e sobrepostos, atendendo a público também sobreposto. O ambiente operacional dos programas facilitava a ocorrência também da corrupção, mau uso dos recursos financeiros e desvio de finalidade. Outro aspecto importante destacado pelo autor é que todos os programas aceitavam a existência da pobreza e da indigência, consequências de uma sociedade imensamente desigual, e acreditavam que a permanência destas, nos níveis

observados, manteria a sociedade em estado de permanente risco social e político, com implicações negativas ao desenvolvimento econômico e mesmo à consolidação da democracia.

Kadri afirma que o PBF se caracteriza por ser um programa federativo com gestão compartilhada entre os três níveis governamentais (União, estados e municípios)

A unificação dos programas e a consequente criação do PBF, em 2003, representou importante esforço governamental para a correção das distorções operacionais e a maior eficiência do gasto público.

O Ministério do Desenvolvimento Social (BRASIL, 2010a) aponta que a gestão do Programa Bolsa Família no governo federal é realizada pela Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (Senarc), que tem por objetivo a implantação da Política Nacional de Renda e Cidadania, fazendo a gestão, além do PBF, do sistema de cadastro único dos programas sociais.

Kadri (2010) afirma que o PBF se caracteriza por ser um programa federativo com gestão compartilhada entre os três níveis governamentais (União, estados e municípios). Admite ser esta situação um grande desafio à boa gestão do programa, pois a República Federativa do Brasil é constituída pela União, Distrito Federal, 26 estados e 5.564 municípios, todos autônomos, segundo a CF 1988. O papel da União é o de coordenar as ações entre os demais entes federativos.

Weissheimer (2006) acentua que o uso dos recursos aportados por parte das famílias é prioritariamente destinado à aquisição de alimentos. Pessoas pobres e miseráveis possuem evidentes limitações ao consumo de alimentos. Estes, por seu turno, não apenas saciam a fome, mas preparam o corpo para as atividades cotidianas em sociedade. Pessoas mal alimentadas terão dificuldades para estudar, trabalhar e exercer outras atividades em sociedade.

O MDS indica que o PBF apresenta, em comparação com os programas antecessores, um avanço organizacional importante. A unificação dos programas de transferência de renda anteriormente

vigentes, o estabelecimento de um único cadastro nacional e a coparticipação na gestão do programa de estados e municípios promovem maior integração entre os entes federativos, a construção de uma teia importante de informações sobre pobreza e indigência no país e a possibilidade de maior controle por parte do governo em suas três esferas institucionais e pela sociedade civil. Admite que a sua melhor estruturação operacional ocorre em decorrência das experiências acontecidas no passado, desenvolvidas a partir da década de 90, no século XX, representando também importante evolução das práticas de gestão pública no Brasil.

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM VITÓRIA DA CONQUISTA

O município de Vitória da Conquista está situado na região econômica do sudoeste do estado da Bahia e na mesorregião geográfica no centro-sul baiano, entre as coordenadas sul (-14o51'58") e latitude oeste (40o50'22"). A altitude média do município é de 923 metros. Está distante da sede administrativa do governo estadual (Salvador) 503 km (IBGE apud SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2010, p. 436).

O município se estabelece como terceiro mais importante em população residente do estado, mas participa apenas com 3% do Produto Interno Bruto estadual, conforme aponta a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, (2010). A distância para a sede do governo estadual constituiu, por décadas, variável importante para a melhor compreensão das limitações econômicas existentes na região, devido à pouca presença no planejamento governamental. A região sudoeste também é concentradora de muitos municípios pobres, de forte dependência econômica para com o município de Vitória da Conquista.

A região sudoeste do estado da Bahia não figura no planejamento estadual como detentora de grande riqueza econômica. Esta está situada

no estado em regiões geográficas pontuais, conforme indica a SEI:

- Salvador e Região Metropolitana (indústria, mineração, serviços, silvicultura e bovinocultura).
- Extremo oeste (indústria, grãos – soja e milho).
- Extremo sul (indústria, silvicultura e bovinocultura).
- Norte (caprinocultura e fruticultura).

Desta forma, o município, mesmo possuindo ampla população, não é dos mais ricos do estado, mas de maior riqueza na região sudoeste.

O município é o mais importante, sob a classificação econômica, dentre aqueles que compõem a região sudoeste do estado e também o recente Território de Identidade Vitória da Conquista. Esta última é uma classificação recente, implantada pelo governo federal e assimilada pelos governos estaduais e municipais. Busca reduzir estruturas territoriais anteriormente definidas, de amplo tamanho geográfico e até mesmo grandes diferenças regionais, mas que se constituíam em apenas uma região político-administrativa. A nova classificação estabelece estruturas menores, mas que guardam semelhanças econômicas, culturais e regionais entre si, gerando, a partir daí, possibilidades de maior integração intermunicipal no território (espaço) e ampliando a possibilidade de maior eficiência do planejamento público.

O Território Vitória da Conquista é composto de 23 municípios, dentre os quais o município de Vitória da Conquista é o que apresenta os melhores indicadores econômicos, sociais, ambientais e a melhor infraestrutura pública e maior população. Assume desta forma um papel de concentrador de capitais e pessoas na região. Há forte dependência dos demais municípios para com este em questões de saúde, educação, comércio e serviços públicos.

Segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2009), a população estimada para o município foi de 308.204 pessoas, com 80% da população habitando o espaço citadino.



Figura 1
Localização do município de Vitória da Conquista na região Sudoeste do estado da Bahia

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2010).

População e amostra

Existem no município, conforme o MDS (BRASIL, 2010a), 26.424 famílias cadastradas no PBF. A pesquisa se estabeleceu de modo a compor a amostra sob a forma não probabilística. Deste modo, foram

entrevistados, entre os dias 18 e 27 de maio de 2010, 79 representantes das famílias beneficiárias do PBF.

Para tornar mais representativa possível a amostra, a pesquisa foi aplicada nas dependências do escritório gestor do Programa Bolsa Família nos mais diferentes horários.

O escritório atende aos beneficiários locais do programa, constituindo-se em espaço privilegiado para as entrevistas.

Por ser possuidor da maior população em toda a região sudoeste do estado da Bahia, o município de Vitória da Conquista também é aquele que mais recebe transferências financeiras através do Programa Bolsa Família.

O MDS (BRASIL, 2010a) indica que o município possuía, em março de 2010, 30.774 famílias cadastradas no Programa Bolsa Família, o que equivale a estabelecer uma cobertura a 107.709 pessoas pobres e indigentes.

O estudo de caso

O estudo de caso se inicia por investigar as condições socioeconômicas dos entrevistados.

Todas as pessoas entrevistadas eram do sexo feminino, conforme a Tabela 1. O Programa Bolsa Família está estruturado de modo a eleger as mulheres como público preferencial para os recebimentos dos benefícios.

Tabela 1
Gênero dos entrevistados

Sexo	Total	%
Feminino	79	100
Masculino	0	0

Fonte: Pesquisa de campo (2010).

Sustenta o MDS que várias experiências nacionais e internacionais com programas de transferência de renda condicionada atestaram o melhor uso dos recursos para o grupo familiar a partir da posse destes pelas mulheres. Schady (2009) também observa serem as mulheres as principais gestoras dos recursos recebidos nos programas de transferência de renda no mundo, por possuírem melhor vínculo com as crianças e jovens.

No Programa Bolsa Família, são aceitos como gestores dos recursos familiares também homens, quando as mulheres não possuem condições próprias ou quando se trata de família despossuída deste agente.

A Tabela 2 aponta a idade dos representantes familiares entrevistados.

Tabela 2
Idade dos entrevistados

Faixa etária	Total	%
20 a 29 anos	16	20,25
30 a 39 anos	31	39,24
40 a 49 anos	21	26,58
50 a 59 anos	10	12,66
60 a 69 anos	1	1,27

Fonte: Pesquisa de campo (2010).

Através da tabela acima, compreende-se que as pessoas da faixa etária entre 30 e 39 anos representam a parte mais ampla da amostra (39,24%). O segundo grupo mais populoso é representado por pessoas entre 40 e 49 anos (26,58%), o terceiro grupo é aquele que figura entre 20 e 29 anos (20,25%). Juntos, perfizeram a representação de 86% da amostra. No extremo oposto, figuram pessoas entre 50 e 59 anos (12,66%) e 60 e 60 anos (1,27%).

É possível compreender que os grupos etários mais representativos na pesquisa são formados por pessoas entre 20 e 39 anos, que se constituem no estrato mais significativo da demografia local, conforme apontou o IBGE. O número de filhos por família foi também pesquisado, conforme mostra a Tabela 3.

Tabela 3
Número de filhos, por família

Nº filhos	Total	%
1 - 3 filhos	56	70,89
4 - 6 filhos	21	26,58
7 ou mais filhos	2	2,53

Fonte: Pesquisa de campo (2010).

Como demonstrado, é ampla a participação das famílias que possuem de um a três filhos, seguidas pelo segundo grupo, o das famílias que possuem de quatro a seis filhos. Ambos responderam por 97,4% das entrevistas.

É reduzida, mas não desprezível, a participação das famílias que possuem mais de sete filhos.

Segundo Suplicy (2010), as famílias brasileiras são formadas por 3,7 pessoas em média. Dentre as

famílias pesquisadas, o primeiro grupo, o mais representativo, se situa nesta média. Correto estabelecer que, em famílias pobres, quanto mais numerosas, menores serão as possibilidades de alcançar maior nível de renda e de capacidades, ampliando as chances de permanência no estado de pobreza e, não raro, podendo até atingir a miserabilidade.

Na Tabela 4, são apresentadas informações pertinentes ao tamanho da família. Famílias compostas por quatro a seis membros se apresentam como aquelas de maior frequência (58,23%). Em segunda posição estão famílias formadas por um a três membros (27,85%). Os dois grupos sinalizam possível redução do número por casal na amostra, assemelhando-se à média nacional.

Tabela 4
Composição das famílias

Respostas	Total	%
1 - 3 pessoas	22	27,85
4 - 6 pessoas	46	58,23
7 - 9 pessoas	8	10,13
10 ou mais pessoas	2	2,53
Não informaram	1	1,27

Fonte: Pesquisa de campo (2010).

As famílias mais numerosas, compostas por sete a nove pessoas e acima de 10 pessoas, aparecem em menor número, mas não tão reduzido, pois representaram 12,66% da amostra.

A origem residencial dos entrevistados também foi objeto da pesquisa, como demonstra a Tabela 5.

Tabela 5
Residência dos entrevistados

Zona	Total	%
Rural	20	25,32
Urbana	59	74,68

Fonte: Pesquisa de campo (2010).

O grupo pesquisado apresenta forte participação residencial urbana e menor participação rural, embora não desprezível. A prefeitura municipal (2010) corrobora a pesquisa, indicando que o maior percentual dos beneficiários do programa está na zona urbana do município e, em menor percentual, na zona rural.

A distribuição por bairros e vilas das moradias dos beneficiários foi também pesquisada.

A pesquisa também comprovou a residência dos beneficiários por logradouros, urbanos e rurais.

Tabela 6
Residência dos entrevistados – Zona rural

Localidade	Total	%
Abelha	1	1,27
Assentamento	1	1,27
Farinha Molhada II	1	1,27
Fazenda Mãe Eleotéria	1	1,27
Fazenda Pastim	1	1,27
Fazenda Santa Helena	1	1,27
Fazenda São Mateus	1	1,27
José Gonçalves	2	2,53
Lagoa das Flores	3	3,8
Lagoa Formosa	1	1,27
Limeira	1	1,27
Povoado Baixa Seca	1	1,27
Povoado Malhada	1	1,27
Povoado Mamão	1	1,27
Povoado Ribeirão	1	1,27
Povoado Vereda do Progresso	1	1,27
Sítio Beija Flor	1	1,27

Fonte: Pesquisa de campo (2010).

Sendo uma amostra de pequena proporção, a pesquisa evidencia boa representação das vilas rurais e bairros que compõem a cidade. As maiores participações aconteceram por residentes na Vila de José Gonçalves e Lagoa das Flores, duas das maiores aglomerações rurais do município. A frequência com que outras vilas e povoados rurais aparecem na pesquisa mostra também a amplitude do programa nas comunidades rurais do município, representadas em maior monta na pesquisa.

Para os bairros urbanos, a pesquisa também apresenta forte dispersão das pessoas atendidas pelo programa, pois parte importante dos bairros da cidade foi indicada na pesquisa. À exceção dos bairros Alto Maron, Recreio e Ibirapuera, todos os demais são considerados como de renda baixa, e, nestes, os bairros Kadija e Patagônia são os mais populosos, de maior presença de pessoas pobres e indigentes, receptoras do benefício.

Tabela 7
Residência dos entrevistados – Zona urbana

Localidade	Total	%
Alegria	1	1,27
Alto Maron	1	1,27
Bairro Brasil	1	1,27
Brasil	1	1,27
Bruno Bacelar	3	3,8
Cidade Maravilhosa	1	1,27
Cidade Modelo	2	2,53
Conveima I	3	3,8
Conveima II	2	2,53
Cruzeiro	1	1,27
Guarani	1	1,27
Ibirapuera	4	5,06
Kadija	8	10,13
Morada Nova	1	1,27
Morada Real	1	1,27
Nossa Senhora Aparecida	1	1,27
Nova Cidade	2	2,53
Panorama	1	1,27
Patagônia	3	3,8
Pedrinhas	2	2,53
Petrópolis	1	1,27
Primavera	1	1,27
Recanto das Águas	1	1,27
Recreio	1	1,27
Renato Magalhães	3	3,8
Santa Cruz	1	1,27
Santa Terezinha	1	1,27
São Mateus	1	1,27
Senhorinha Cairo	4	5,06
Urbis V	2	2,53
Urbis VI	1	1,27
Vila Anchieta	1	1,27
Vivendas da Serra	1	1,27

Fonte: Pesquisa de campo (2010).

A maioria dos entrevistados (56%) percebe como renda mensal familiar até um salário mínimo nacional, constituindo-se no grupo de menor rendimento dentre os entrevistados. Mas aqueles que ganham somente um salário mínimo mensal se apresentam na pesquisa em percentual importante (19%). Já 76% dos entrevistados apontam que percebem mensalmente como renda familiar até um salário mínimo nacional. O salário mínimo nacional não é suficiente para contemplar efetivo atendi-

to das necessidades básicas (alimentação, saúde, moradia e transporte) no país. A tabela demonstra que o maior percentual de pessoas entrevistadas apresenta algum grau de insegurança alimentar, e o maior percentual das pessoas apresenta perfil de insegurança alimentar elevada, comprometendo a correta nutrição dos seus membros.

Tabela 8
Renda familiar mensal

Renda	Total	%
Abaixo de 1 salário	45	56,96
1 salário mínimo	15	18,99
Acima de 1 salário mínimo	1	1,27
Recebe apenas Bolsa Família	3	3,8
Não informada e/ou sem renda	15	18,99

Fonte: Pesquisa de campo (2010).

O percentual dos entrevistados que percebe mensalmente como renda familiar valores superiores a um salário mínimo se mostra pequeno (1,2%), e a participação daqueles que recebem apenas o benefício do Programa Bolsa Família aparece na pesquisa com 3,8%, estabelecendo-se como o grupo das pessoas indigentes. A este grupo se junta parte dos entrevistados que indicaram não possuir renda. É prudente a interpretação de que, em verdade, estas pessoas não possuem fontes permanentes de renda, mas sim fontes ocasionais. Ainda neste grupo, apresentam-se pessoas que não informaram a renda. Mostra-se adequada a análise sobre esta afirmação de que se trata, de fato, de pessoas com renda muito baixa, o que as constrange quando da sua divulgação a terceiros. Também há pessoas com renda acima do limite mínimo estabelecido para que possam participar do programa. Enfim, trata-se de um grupo com boa participação percentual (19%), mas, durante a pesquisa, não foi possível diagnosticar exatamente os motivos que levaram tais pessoas a não informar a renda.

Corroborando a indicação de que parte importante dos beneficiários no município são de fato pessoas muito pobres, a pesquisa indicou a ordem de importância com que os recursos auferidos no programa são gastos. Os entrevistados indicaram

a seguinte ordem: 1 – Alimentação; 2 – Material escolar; 3 – Medicamentos, água e luz; 4 – Vestuário e gás, 5 – Transporte e aluguel.

Os percentuais de participação dos gastos finais dos benefícios estão elencados na Tabela 14.

Tabela 9
Utilização dos recursos do PBF

Despesas	Total	%
Alimentação	63	79,75
Material escolar	35	44,3
Passe escolar	2	2,53
Gás	11	13,92
Vestuário (roupa e calçados)	14	17,72
Aluguel	2	2,53
Outros (medicamentos, cartão crédito, água, luz)	26	32,91

Fonte: Pesquisa de campo (2010).

A ordem dos gastos finais também corrobora o grau de pobreza do grupo pesquisado, pois 80% dos entrevistados indicaram que utilizam os recursos para a compra de alimentos, confirmando a existência de forte grau de insegurança alimentar nas famílias pesquisadas.

Uma informação importante trazida pela amostra é que o segundo destino nos gastos se coloca para a aquisição de materiais escolares, indicando que as famílias analisadas buscam cumprir a condicionalidade educação, dado que o gasto somente se efetiva se houver a necessidade de uso no ambiente escolar. Aparece na pesquisa como gasto mensal frequente, corroborando a afirmação anterior.

As condicionalidades existentes no Programa Bolsa Família (educação, saúde e assistência social) são de imensa valia para a inclusão econômica, social e política dos beneficiários. A pesquisa aponta que 81% dos entrevistados indicaram que os filhos estão frequentando regularmente a escola. Mas também indica que 10% das crianças e jovens vinculados ao programa não frequentam regularmente a escola, o que emerge como uma informação que merece, por parte do gestor local, maior atenção. Crianças e jovens pobres não frequentando regularmente a escola implicam maiores limitações destes agentes à mobilidade social.

Tabela 10
Frequência escolar dos filhos

Respostas	Total	%
Sim	64	81,01
Não	5	6,33
Não estão em idade escolar	5	6,33
Não informaram	3	3,8
Outros casos	2	2,53

Fonte: Pesquisa de campo (2010).

Aparece também na pesquisa o percentual de famílias que não se dispuseram a informar a situação dos filhos (3,8%), que provavelmente também não frequentam regularmente a escola. Isso acontece também no grupo que indicou motivos diversos (saúde, transporte e ausência de documentos).

Os beneficiários pesquisados também opinaram quanto à percepção de influência dos benefícios do programa sobre a vida das famílias.

Tabela 11
Avaliação do PBF pelos beneficiários

Respostas	Total	%
Melhorou	49	62,03
Melhorou muito	15	18,99
Melhorou pouco	12	15,19
Manteve	2	2,53
Não informaram	1	1,27

Fonte: Pesquisa de campo (2010).

Das famílias pesquisadas, 62% indicaram que o ingresso no programa melhorou as suas vidas. 19% alegaram uma elevada melhoria, 15% apontaram pouca melhora, 2,5% indicaram que não conseguem visualizar melhorias, e 1,2% não desejaram informar.

A ideia de melhoria levada à pesquisa se baseia em como a permanência no programa e a influência dos seus benefícios (renda, educação, saúde, assistência social, capacitações e cidadania) impacta a vida da família. Das famílias pesquisadas, 81% indicam que o programa trouxe benefícios às suas vidas e 19% avaliam que o programa não agregou benefícios às suas vidas.

A pesquisa cria a possibilidade de compor um perfil socioeconômico das famílias entrevistadas. Elas possuem de um a três filhos; são compostas

por quatro a seis pessoas; residem na zona urbana do município; têm renda mensal inferior a um salário mínimo nacional; elegem a alimentação como principal fim de utilização do dinheiro recebido; atendem à condicionalidade educação e possuem a percepção de que o ingresso no PBF melhorou suas possibilidades de vida.

O perfil socioeconômico dos entrevistados aponta para uma família efetivamente pobre no grupo pesquisado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desenvolvida teve por objetivo avaliar se o Programa Bolsa Família concorre para a melhoria dos indicadores de pobreza e miséria presentes entre os beneficiários do programa residentes no município de Vitória da Conquista e se cria condições eficientes ao desenvolvimento local.

Barros (2000) destaca ser a sociedade brasileira detentora de enorme grau de desigualdade. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2010) demonstra ser a sociedade de Vitória da Conquista também imensamente desigual. A desigualdade presente no país é econômica e social.

O país, na última década, vem conseguindo importante redução da desigualdade econômica por meio do maior incremento ao trabalho e por ação das políticas de proteção social. Entre elas, emerge o Programa Bolsa Família como uma das principais ações de transferência de renda condicionada do mundo, diante do seu alcance financeiro e social. São, segundo o MDS (2010), 13 milhões de famílias beneficiárias.

Hoffmann (2006) destaca que a redução das desigualdades é mais bem compreendida pela ação do trabalho que pelas políticas de transferência de renda. Todavia, afirma que, para a Região Nordeste do país, a redução recente da desigualdade acontece por ação ampla das ações de transferência de renda, com maior destaque para o Programa Bolsa Família.

As ações de transferência de renda condicionada no país começaram a acontecer na década de 90. O PBF foi iniciado em 2003 e sucedeu todas as ações anteriores.

O Programa Bolsa Família transfere dinheiro a famílias pobres e indigentes, condicionando que estas famílias atinjam indicadores de educação, saúde e assistência social para seus membros, notadamente crianças e jovens. O programa também possui, vinculados às suas práticas, projetos complementares de capacitação e cidadania aos beneficiários.

A Região Nordeste do Brasil é aquela que mais transferências recebe do PBF. Nela, o estado da Bahia é o que também mais recebe benefícios do programa. E o município de Vitória da Conquista, na região sudoeste do estado da Bahia, é o que mais recebe transferências em sua região (BRASIL, 2010a).

Evidentemente que a pobreza se apresenta como um fenômeno de grande complexidade para a sua compreensão. Desta forma, a ação de transferir renda é melhor indicada a grupos pobres e indigentes para amenizar a pobreza e miséria imediatas. É uma ação de auxílio imediato para atenuar consequências da insuficiência de renda das pessoas nas condições de pobreza e indigência.

O município de Vitória da Conquista se apresenta na pesquisa como possuidor de forte percentual de pobres em sua população. Segundo o MDS (BRASIL, 2010a), 34% da sua população (108 mil pessoas) é considerada pobre ou indigente.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2010) aponta que os 20% mais pobres do município possuem 33 vezes menos riquezas do que a parcela dos 20% mais ricos. A desigualdade se mostra evidente e bastante elevada.

O MTE (BRASIL, 2010b) indica possuir o município uma economia com baixo nível de geração de empregos formais, limitando assim a possibilidade de redução da desigualdade local por intermédio do trabalho. Observa ainda que parcela importante dos trabalhadores locais possui pouca escolaridade (até cinco anos).

A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2010) aponta que a geração da riqueza local é fortemente amparada no setor de serviços (80%). Sustenta ainda que os setores primário e secundário pouco contribuem para a geração da riqueza, denotando limitações à melhoria do padrão de ampliação do emprego formal no município e ampliando a importância das ações de transferência de renda condicionadas.

Assim, a grande quantidade de pessoas pobres e indigentes no município decorre da existência de enorme desigualdade econômica e social entre ricos e pobres, da fragilidade do mercado formal de trabalho em absorver parcelas maiores dos trabalhadores locais e do nível educacional limitado das pessoas pobres e indigentes, confirmando a quarta hipótese.

Contudo, a pesquisa de campo realizada com 79 beneficiários do programa confirma as hipóteses 1, 2 e 3 estabelecidas também para este trabalho.

A pesquisa apontou que a maior parcela dos beneficiários do programa percebe mensalmente como renda até um salário mínimo. As necessidades básicas de sobrevivência são aquelas que mais são parcialmente saciadas com os recursos financeiros auferidos no programa. E a maior parcela dos entrevistados afirmou buscar cumprir as condicionalidades indicadas no programa.

Evidentemente que a pesquisa de campo, por se constituir em forma de inquérito, limita maiores afirmações que possam ser estabelecidas para todos os beneficiários do programa. Mas, como técnica de pesquisa, estabelece inferências importantes sobre os beneficiários do programa no município.

Quanto ao problema pesquisado, fica evidente que o Programa Bolsa Família concorre de imediato para o auxílio à mitigação das necessidades básicas das famílias beneficiadas, promove acréscimos na renda destas famílias, mas limita, pelo aporte somente de recursos financeiros, maior mobilidade social das famílias.

A mobilidade social pode ser alcançada como consequência de ampliação da riqueza econômica e financeira e aumento das capacidades destes agentes. O programa, como estruturado, permite prever como possível maior tempo de escolaridade para as crianças e jovens, o que poderá ampliar as habilidades destes atores. Também permite estabelecer que estes sujeitos possam ter melhor atenção à saúde.

Mas, para maior crescimento da riqueza municipal, é necessário que maiores sejam os percentuais de crescimento do emprego formal. Mesmo se considerando que as pessoas inclusas no PBF, em especial as crianças, possam ter melhor escolaridade, necessário se faz a oferta de empregos formais para os mais necessitados.

A histórica exclusão vivida por esta camada da sociedade brasileira e local limita a possibilidade de que estas pessoas, no contexto nacional, possam ser empreendedoras. Portanto, dependem do emprego formal para estabelecer ganhos financeiros e direitos trabalhistas em prazo mais longo.

A forma com que uma sociedade se organiza a leva à maior riqueza ou pobreza. Desta forma, a sociedade local se organizou de modo a ampliar a riqueza para poucos e a pobreza para muitos.

As recomendações que emergem da pesquisa, visando à melhor compreensão do objeto pesquisado, são assim apresentadas:

- Ampliar a pesquisa com visita aos lares dos beneficiários nas áreas urbana e rural, para melhor definir a condição de vida destas pessoas.
- Acompanhar famílias na condição de extrema pobreza, beneficiadas pelo PBF, para melhor definir como o programa influencia a vida destas pessoas.
- Verificar in loco a observância das condicionalidades previstas no programa, em amostra de famílias beneficiadas.
- Avaliar se há melhoria das condições de mobilidade social dos atores beneficiários.
- Observar o impacto do programa na vida dos jovens.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo, MENDONÇA, Rosane. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. *Rev. Bras. Ci. Soc.* [online]. 2000, v.15, n. 42, p. 123-142.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Programa Bolsa Família*. Disponível em: < http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/o-que-e>. Acesso em: 02 maio 2010.
- _____. Ministério do Trabalho e Emprego. *Evolução do emprego por setor de atividade econômica*; Vitória da Conquista – Bahia. 2010. Disponível em: <<http://estatistica.caged.gov.br/consulta.aspx?mesCPT=03&anoCPT=2010>>. Acesso em: 12 abr. 2010.
- CAMPOS, André Gambier; AMORIM, Ricardo L. C.; GARCIA, Ronaldo Coutinho (Org.). *Brasil: o Estado de uma nação*. Brasília: IPEA, 2008.
- CODES, Ana Luíza Machado. *A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa*. Rio de Janeiro: IPEA, 2010.
- DINIZ, Marcelo Bentes; DINIZ, Marcos Monteiro. Um indicador comparativo de pobreza multidimensional a partir dos objetivos do desenvolvimento do milênio. *Econ. Apl.*, Ribeirão Preto, v. 13, n. 3, set. 2009.
- FORTE, Cláudia Márcia de Jesus. Estudo de caso comparativo entre Programas de Microcrédito na América Latina: o impacto socioeconômico das mulheres das cidades de Bogotá e Recife. 2006. 242 f. Tese (Doutorado em Integração da América Latina)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- HOFFMAN, Rodolfo. Transferências de renda e a redução das desigualdades no Brasil e cinco regiões entre 1997 a 2004. *Econômica*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 55-81, jun. 2006.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Trajetória recente na mudança da identidade e na estrutura social brasileira*. Brasília: IPEA 2009. (Comunicado da Presidência, n. 34).
- JACCORD, Luciana. *Pobres, pobreza e cidadania: os desafios recentes da proteção social*. Rio de Janeiro: IPEA, 2009. (Série Segurança Social).
- KADRI, Nabil Moura. A contribuição dos órgãos de controle na implantação de políticas públicas descentralizadas – Programa Bolsa Família. Disponível em: < <http://www.ipc-undp.org/publications/mds/24P.pdf>>. Acesso em: 05 maio 2010.
- POCHMANN, Marcio. *Proteção social na periferia do capitalismo: considerações sobre o Brasil*. São Paulo Perspec., São Paulo, v. 18, n. 2, jun. 2004.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. *Acompanhamento municipal dos objetivos do milênio – Vitória da Conquista*. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/home/>>. Acesso em: 27 maio 2010.
- ROCHA, Sônia. *Pobreza no Brasil: afinal do que se trata?*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal*. 15. ed. São Paulo: Record, 2008.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SHADY, Norbert (Org.). *Transferências monetárias condicionadas reduzindo a pobreza atual e futura*. World Bank: Washington - DC, 2009.
- SOARES, Sergei; SÁTIRO, Natália. *O Programa Bolsa Família: desenho institucional, impactos e possibilidades futuras*. Brasília: IPEA, 2009.
- SOUZA, Nali de Jesus. *Desenvolvimento econômico*. 5. ed. São Paulo: ATLAS, 2005.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Estatísticas dos municípios baianos: território de identidade Vitória da Conquista*. 2010. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 20 mar. 2010.
- SUPLICY, Eduardo Matarazzo. Do Bolsa-Família à renda básica da cidadania. *Revista Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, v. 64, n. 03, p. 72-77, mar. 2010.
- WEISSHEIMER, Marco Aurélio. *Bolsa Família: avanços, limites e possibilidades do Programa que está transformando a vida de milhões de pessoas no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

Artigo recebido em 23 de julho de 2011
e aprovado em 17 de agosto de 2011.